



spn
INFORMAÇÃO

Sempre debaixo de mira

O Decreto-Lei nº 15/2007, que aprovou o novo Estatuto da Carreira Docente, será um dos diplomas mais negativos para os docentes, mas também um dos mais lesivos do sistema educativo, dos interesses dos alunos e do sucesso educativo. Terá havido algum ainda mais nefasto? Talvez... Mas não consigo lembrar-me de nenhum!

Curiosamente, e devido ao número atribuído ao diploma, já o ouvi apelidar de “quinzinho”. Nada mais impróprio, quanto a mim, pois normalmente associo o uso de diminutivos a um tratamento carinhoso, e carinho é a última coisa que os docentes poderão mostrar por tão nefasto produto, qual instrumento de tortura de toda uma profissão e da própria educação, que, como tal, só pode merecer de todos e de cada um todo o esforço no sentido de conduzir à sua eliminação!

Assim, permito-me sugerir que todos pensemos no ECD como um alvo permanente dos nossos disparos, das nossas setas e flechas. Quando jovens, não teremos muitos de nós desenhado, ao menos mentalmente, alvos sobre os rostos daqueles de que não gostaríamos? Não teremos passado horas congeminando formas de combate e de vingança por todos os males que lhes atribuíamos?

Passe a comparação, é essa intransigência, essa persistência, sobretudo, e mesmo essa imaginação, que doravante nos são exigidas num combate evidentemente longo e difícil, mas em que não poderemos esmorecer, se queremos acabar por triunfar e conseguir que o diploma seja substituído ou significativamente alterado num futuro que poderá não estar próximo, mas que acontecerá se nunca baixarmos os braços.

O dia 19 de Janeiro de 2007 ficará na memória dos educadores e professores portugueses, provavelmente, como um dos mais negros na história recente da profissão. Daí que os docentes portugueses não devam esquecer, enquanto o “estatuto do ME” vigorar, de assinalar a data como dia de luto

Lembre-mo-nos que o primeiro ECD, publicado em Abril de 1990, também por um governo de maioria absoluta, estava longe de ser o ideal. Mas a Fenprof, os seus sindicatos e os professores em geral conseguiram não olhar para aquele diploma como se fosse inevitável e incontornável, nunca deixando de lutar pela sua melhoria e pela regulamentação positiva de algumas matérias. Ainda que anos depois, fruto da acção persistente que resultou desse espírito, foram alcançadas conquistas como a abolição da prova de candidatura, a regulamentação do reposicionamento na carreira dos bacharéis que obtinham o grau de licenciado ou a concessão de bonificação na progressão aos licenciados que obtinham os graus de mestre ou doutor.

Claro que não houve só vitórias, como o prova o facto de nunca ter sido regulamentado o artigo 63º, que previa a criação de incentivos à fixação em zonas isoladas ou desfavorecidas. Mas houve as suficientes para que, agora, não tenha havido nenhum educador ou professor que não tivesse percebido que valia a pena lutar pelo ECD que tinha, perante o ataque de que o mesmo estava a ser alvo.

Provaram-no as massivas greves realizadas; provou-o a espantosa marcha de 5 de Outubro, que juntou mais de 25.000 professores em Lisboa; provou-o a inédita aliança de 14 organizações sindicais. Não podemos deixar cair agora esse espírito – temos de estar preparados para atirar no alvo a cada oportunidade que nos surja! ▶

José Manuel Costa



Director Abel Macedo · **Editor** António Baldaia · **Conselho de Redacção** Adriano Teixeira de Sousa, Fernando Bessa, Henrique Borges, José Domingues, José Manuel Costa, Margarida Leça, Nuno Bessa, Rogério Ribeiro · **Colaborador Permanente** José Paulo Oliveira

Design Gráfico Adriano Rangel e Ana Alvim · **Foto Capa** Adriano Rangel
Paginação / Digitalização Isto é comunicação visual, lda. · **Impressão** Heska Portuguesa, SA

Propriedade Sindicato dos Professores do Norte (SPN) · **Redacção e Administração** R. D. Manuel II, 51/C - 3º - 4050-345 Porto · Tel.: 226 070 500 · Fax: 226 070 595/6
E-mail spninfo@spn.pt · **Site** <http://www.spn.pt>

Tiragem média 26.375 exemplares · **Registo no ICS** 109963 · **Depósito legal nº** 238855/06 · **Distribuição gratuita aos sócios do SPN**

Os artigos assinados não reflectem, necessariamente, as opiniões e os critérios da Direcção do SPN.

O puzzle

O Estatuto da Carreira Docente agora publicado constitui-se numa arma terrível e desastrosa apontada à Educação e capaz de, por si só, assassinar profissionalmente toda uma classe que, em qualquer parte do mundo, se revela absolutamente imprescindível na construção do futuro. Combatê-lo até à sua completa derrota é tarefa de cada um e de todos.

Mas este documento é apenas uma peça – ainda que importante e decisiva – no puzzle mais vasto do quadro neoliberal que norteia as políticas educativas desenvolvidas, e a desenvolver, por este socrático governo.

Todas as medidas em curso, desde a reorganização da rede escolar até à legislação de concursos, da organização dos horários lectivos até à idade de aposentação, do esbulho de tempo de serviço até à definição de supranumerários, da meritocracia como valor absoluto e discricionário ao estrangulamento de uma carreira profissional (para falar só de dados já conhecidos), todas elas são notas de uma mesma pauta – o neoliberalismo puro e duro, já sem sofismas, integralmente assumido por ‘alunos aplicados’, que se afanam por aparecer no quadro de honra dos cinzentos executores desta globalização económica que já começa a perder terreno, ainda que muitos não tenham dado conta.

Todos sabemos que o neoliberalismo na Educação visa, em última instância, transformar um direito de todos os cidadãos numa mercadoria acessível de formas diferenciadas, consoante a capacidade económica com que cada um se apresenta no mercado. Disponível com uma dimensão e qualidade para uns, oposta às formas de que se reveste para outros, dividindo e estratificando cada vez mais o tecido social que a envolve.

Para isso, é necessário privatizar o mais possível e desresponsabilizar o Estado, quanto baste, das suas obrigações sociais.

O Ensino Superior é, de todos os sectores, o mais apetecido, porque é aquele que mais e maiores lucros pode gerar.

O Banco Mundial (e não só...) vem produzindo abundante literatura sobre a chamada indústria do Ensino Superior. Em nome da ideia de que, perante a crescente privatização, é necessário salvaguardar o interesse público, criam-se as chamadas entidades reguladoras independentes (?), com o fundamento de que o Estado democrático não tem capacidade para garantir a salvaguarda do interesse público.

Noutros sectores de ensino, e porque privatizar directamente as escolas é descarado de mais, actua-se de outra maneira: diminui-se a rede pública, encerrando escolas, e abrem-se os cordões à bolsa para financiar ainda mais a rede privada, incrementando os nichos de interesses particulares em detrimento dos cada vez mais desprotegidos interesses públicos.

É bom que saibam que nós percebemos que não estão a inventar nada – nem lhes reconhecemos capacidade para isso! Estão apenas a reproduzir o que outros já fizeram noutros países, quase sempre com resultados desastrosos.

A seguir atacam a gestão das escolas. O que é isso de gestão democrática? Isso é um resquício do PREC e os ventos já mudaram há muito, os tempos já são outros. O que é preciso, agora, para disciplinar por completo uma classe profissional que ainda insiste em ser autónoma e reflexiva, é definir cadeias de comando bem precisas, em que se saiba quem manda e a que níveis, em que se possa controlar com rédea curta os desempenhos (ou as tarefas?) que o centralizador poder tem destinados para cada um. Preparemo-nos, pois, a profissionalização da gestão vem já a seguir.


Não nos iludamos, então. Nunca conseguiremos compreender verdadeiramente todo o alcance das medidas tomadas – desfasadas no tempo, como convém – se não identificarmos bem a matriz previamente traçada. Só assim conseguiremos fazer os enlces que conduzem ao preenchimento do puzzle.

Por tudo isto, é importante – é mesmo decisivo! – não baixarmos os braços enquanto não sair de cena o estatuto de carreira que nos querem impor.

Mas percebamos que a luta tem que ser travada em todas e em cada uma das frentes, até conseguirmos ser suficientemente fortes para derrubar esta política. ▀



ABEL MACEDO
Coordenador do SPN



SPN nas escolas, com os educadores e os professores

Reiterando os princípios que o têm norteado desde a sua criação, e anualmente plasmados no plano de actividades, o Sindicato dos Professores do Norte (SPN) está a realizar, desde Janeiro, uma intensa ronda de reuniões concelhias e nas escolas, procurando identificar e compreender os anseios e as dúvidas dos educadores e professores (sócios e não sócios), bem como as potencialidades e os constrangimentos do seu trabalho. Atendendo ao momento político-sindical, as questões mais suscitadas relacionam-se, naturalmente, com o Estatuto da Carreira Docente, mas também com o regime de contratação e, entre outras, com a implementação das actividades de enriquecimento curricular no 1º Ciclo. Destas e de outras matérias se dá conta nas páginas seguintes.



Isto é



Estatuto da Carreira Docente

Não baixamos os braços!

Apesar da extraordinária mobilização dos educadores e professores em torno do processo de revisão do Estatuto da Carreira Docente – traduzida em múltiplas iniciativas, como a marcha nacional, a vigília junto ao ministério, o plenário nacional seguido de cordão humano ou a recolha do abaixo-assinado com 65 mil subscrições –, o balanço final não é positivo. O novo estatuto está aí, mas continua a merecer o nosso desacordo global.

Para o Sindicato dos Professores do Norte (SPN) e para a Federação Nacional dos Professores (Fenprof), a luta contra o “estatuto do ME” ainda não acabou. Por isso, estamos numa fase de luta jurídica, que começou por levar ao envio de dois pareceres ao Presidente da República (um do gabinete jurídico da Fenprof e outro do juriconsulto Jorge Bacelar Gouveia), alertando para a existência de inconstitucionalidades no texto do novo ECD. Apesar de muitos colegas sobrevalorizarem a via jurídica, em detrimento de outras formas de acção tão ou mais importantes (é bom ter em conta o carácter arbitrário de muitas decisões jurídicas e o longo espaço de tempo que medeia entre o início da contestação e a decisão final), a Fenprof não vai desistir de lutar também nesta frente – que, em casos pontuais, vai tendo alguns resultados positivos, como é o do pagamento das actividades de substituição como horas extraordinárias.

Refira-se que neste caso já há três sentenças favoráveis às posições dos professores e dos sindicatos e que, caso se verifiquem mais duas decisões no mesmo sentido, transitadas em julgado, estará feita jurisprudência, o que obrigará o Ministério da Educação a pagar como horas extraordinárias todas as actividades de substituição asseguradas pelos professores.

Entretanto, e apesar de todos os esforços, o “estatuto do ME” foi promulgado pelo Presidente da República e publicado, restando agora a Assembleia da República como espaço institucional onde a luta poderá continuar, nomeadamente pelo pedido de apreciação parlamentar do Decreto-Lei nº 15/2007 (entretanto já apresentado por dez deputados de um dos grupos parlamentares da oposição), processo em que poderão ser propostas alterações, na Comissão de Educação, Ciência e Cultura. A este processo poderá seguir-se o requerimento da fiscalização sucessiva da constitucionalidade do diploma, que precisa de 10% dos deputados para se tornar realidade.

Continuar a lutar

A fase do processo que se segue é a regulamentação do ECD, que será importante, mas essencialmente no sentido de minimizar os efeitos nefastos de um estatuto globalmente muito negativo para a educação e para a profissão. Ainda assim, esta fase de regulamentação terá como consequência a não entrada imediata em vigor de alguns itens, nomeadamente em áreas tão sensíveis como a avaliação do desempenho, a fixação de quotas para essa avaliação ou as regras de mobilidade especial dos docentes sem componente lectiva atribuída.

Independentemente da evolução que o processo possa vir a ter no plano institucional, é oportuno (re)lembrar que no passado houve situações em que foi possível, por via de uma acção persistente, acabar com legislação gravosa – caso da abolição da candidatura ao 8º escalão, consumada ao fim de vários anos de luta e após diversas iniciativas sindicais. O que equivale a dizer que a reafirmação da disponibilidade dos educadores e professores para continuarem a lutar contra o “estatuto do ME” e por um ECD que dignifique e valorize a profissão docente constitui um imperativo necessário. ▶

A dimensão e a gravidade das alterações que fazem parte do novo regime de contratação de docentes permitem afirmar que a situação dos jovens professores se irá agravar significativamente no sentido de precarizar ainda mais o seu regime de trabalho.

Há dois meses, na edição de Dezembro da «SPN-Infomação», o Sindicato dos Professores do Norte (SPN) fazia já um apanhado dos principais aspectos negativos do diploma, nomeadamente:

- a substituição do contrato administrativo pelo contrato a termo resolutivo ou de prestação de serviços, com consequências ao nível do regime de trabalho e do tempo de serviço;
- a limitação das colocações cíclicas ao 1º período lectivo, com a consequente perda, a partir daí, das garantias de transparência e justiça, bem como da equidade de condições a praticar pelas escolas/agrupamentos, que fixarão os respectivos critérios de ordenação e selecção dos candidatos;
- a imposição de um regime em que os candidatos deixariam de ter a garantia de acesso a qualquer mecanismo de reclamação ou recurso hierárquico, só lhes restando o recurso aos tribunais.

Para além destas considerações de carácter geral, hoje é possível afirmar que o balanço do que têm sido os primeiros dias de contratação pelas escolas permite confirmar os alertas do SPN e da Federação Nacional dos Professores (Fenprof), que apontavam para que este processo tornaria um foco de perturbação, instabilidade e contestação remetida para as escolas. E isto quando as regras de ordenação e selecção de candidatos são ainda comuns a todas as escolas e generalizadamente consideradas justas e transparentes.

Regime de contratação de docentes Mais precariedade no horizonte

Ana Alvim



A sobrelevar esta situação, está o problema do desemprego, que atinge neste momento dezenas de milhares de docentes.

Perante este quadro, o SPN reforça o apelo à mobilização de todos os educadores/professores contratados e desempregados, informando que, na sequência de um plenário realizado em Dezembro, foi eleita a Comissão de Contratados e Desempregados, que, em conjunto com o Sindicato, irá desenvolver um conjunto de acções de esclarecimento e mobilização em torno da exigência de emprego e de estabilidade profissional.

Habilitações para a docência

Face à importância que esta questão virá a ter no quadro do sistema educativo e no futuro da situação profissional docente, o SPN destaca dois aspectos que considera particularmente relevantes:

- o novo quadro consagra uma diferenciação de formação de docentes para os diferentes níveis de ensino, o que constitui um claro retrocesso em relação à Lei de Bases do Sistema Educativo, ainda em vigor;
- esta diferenciação (1º Ciclo de Bolonha para a Educação Pré-Escolar e 1º/2º Ciclos do Ensino Básico; 2º Ciclo de Bolonha para o 3ºCEB e Secundário) poderá vir a ter expressão, também, na diferenciação de estatutos e carreiras profissionais dos educadores e professores.

A propósito desta questão, a Fenprof vai apelar aos grupos parlamentares para que questionem o Ministério da Educação e requeiram a presença da ministra na Assembleia da República. ▶

No documento que enviou às escolas do 1º Ciclo da sua área de implantação geográfica, o Sindicato dos Professores do Norte (SPN) caracteriza a situação e apresenta uma visão crítica sobre as mudanças que se têm operado no sector. Em síntese, apontavam-se os seguintes traços:

- está em curso uma alteração do paradigma curricular, no sentido de uma disciplinarização deste sector de ensino, pondo em causa o seu carácter transversal e interdisciplinar e levando a que, em muitos agrupamentos, e em nome do cumprimento do despacho do secretário de Estado Valter Lemos, os professores sejam obrigados a marcar nos horários tempos curriculares respeitantes a Língua Portuguesa, Matemática e Estudo do Meio;
- a implementação das actividades de enriquecimento curricular (AEC) está a causar forte perturbação e desorganização no funcionamento das escolas, com reflexos visíveis nos horários de alunos e profes-

O 1º Ciclo do Ensino Básico encontra-se numa fase de grandes mudanças, impostas – como é timbre da equipa de Maria de Lurdes Rodrigues... –, precipitadas e com profundas consequências nos planos curriculares, bem como na organização e no funcionamento das escolas. A situação motivou o envio de um comunicado do SPN às escolas.

1º Ciclo do Ensino Básico

Falta um título prà bagunça



Ana Alvim



res, sendo de destacar a existência de horários ‘retalhados’ (AEC intercaladas com a componente lectiva);

- por outro lado, as AEC estão a implicar uma sobrecarga de trabalho para muitos docentes, que, em muitos casos, são coagidos a realizar actividades de acompanhamento dos alunos quando as actividades se realizam fora da escola ou quando faltam os monitores;
- parece ser claro, também, que o grande número de horas que as crianças permanecem no espaço escolar está a resultar num acréscimo de saturação, cansaço e agitação dos alunos, o que poderá ter consequências negativas ao nível do seu rendimento escolar e, eventualmente, na sua atitude futura perante a escola.

A enegrecer este quadro, está também mais ou menos generalizada a situação dos monitores das AEC, que se caracteriza pela precariedade, quer ao nível da remuneração – com valores baixíssimos e diferenciados de autarquia para autarquia e com extrema irregularidade nos tempos de pagamento –, quer ao nível do próprio regime de trabalho.

O SPN quer aprofundar o conhecimento da situação, pelo que apela aos professores para que completem este retrato a partir da realidade das suas escolas e sugiram iniciativas no sentido de combater os problemas decorrentes da implementação das AEC. Na sequência do debate que se vem realizando ao nível do sindicato e da Federação Nacional dos Professores (Fenprof), há já um conjunto de iniciativas apontadas – conferência de imprensa; realização de um encontro regional ou nacional; diligências junto da Assembleia da República – que abrem perspectivas de intervenção sobre esta situação. ▶



Ana Alvim



Municipalização. É sabido que o Governo apresentou às autarquias uma proposta de transferência de novas competências para os municípios na área da Educação.

No quadro dessa proposta, vai estar em cima da mesa a assunção por parte dos municípios da gestão dos jardins-de-infância e das escolas do Ensino Básico, onde se inclui, igualmente, a chamada 'componente dos recursos humanos', isto é, a gestão do pessoal docente e não docente.

Estamos, claramente, perante uma perspectiva de municipalização da educação que aponta, a concretizar-se, para que se acentue o controlo dos professores pelos elementos exteriores à escola (autarquias, pais), acompanhado de interferências e ingerências nos planos pedagógico e organizacional e com eventuais consequências no plano remuneratório.

A forma como estão a decorrer as actividades de enriquecimento curricular, que são organizadas e geridas pelas autarquias, são um bom exemplo para os professores se consciencializarem da gravidade do caminho da municipalização e da necessidade de o combater.

Gestão das escolas. Os educadores e professores deverão estar alerta para o facto de podermos estar no limiar de mudanças profundas que poderão precipitar-se a qualquer momento.

Essas mudanças vão, certamente, pôr em causa princípios que o Sindicato dos Professores do Norte (SPN) e a Federação Nacional dos Professores (Fenprof) sempre defenderam, designadamente a elegibilidade, a colegialidade e a democraticidade dos órgãos e do seu funcionamento. Não sendo ainda claros o ritmo, a profundidade e o *timing*, as alterações que se prefiguram vão exigir que o Governo altere a Lei de Bases do Sistema Educativo, já que ela constitui um obstáculo às suas pretensões.

Também aqui, como no reordenamento da rede escolar, o Governo prepara-se para retomar a política do anterior Executivo, pelo que, mais uma vez, se vai colocar a necessidade de lhe dar resposta firme.

Eleição de delegados. No quadro das dificuldades crescentes levantadas ao exercício da actividade sindical e das fortes limitações dos dirigentes sindicais no uso de créditos, a eleição de delegados sindicais do SPN assume uma importância significativa. Por isso, tem sido um ponto obrigatório nas reuniões, sempre que não há delegados ou tenham perdido ou esgotado o seu mandato.

O SPN pretende dar um salto quantitativo e qualitativo na sua rede de delegados sindicais, sob pena de o trabalho sindical se ressentir cada vez mais, num contexto marcado por ataques sem precedentes à profissão docente. ▶

Moção aprovada nas reuniões concelhias e de escola/agrupamento

Contra o ECD do ME: Por um estatuto que dignifique e valorize os professores! Por negociações sérias e transparentes!

“Os educadores e professores dos ensinos Básico e Secundário têm plena consciência das práticas políticas do Ministério da Educação (ME) e do Governo, pautadas por posições de extrema intransigência e por atitudes anti-negociais que se consubstanciam, politicamente, em decisões governamentais unilaterais e impositivas, de que releva, neste momento, a intransigência na recusa de abertura de novo concurso, este ano, que pudesse superar ou atenuar erros, irregularidades e ilegalidades que foram cometidos no ano passado, com evidentes prejuízos para milhares de docentes.

Neste quadro extremamente negativo, os educadores e professores manifestam o seu mais profundo desagrado face à política desenvolvida pelo ME e pelo Governo, bem como à prática anti-negocial que têm adoptado. Relativamente ao Estatuto da Carreira Docente (ECD), reafirmam a sua rejeição global e manifestam o mais vivo repúdio pelas soluções impostas pelo ME, designadamente: a divisão da carreira em duas categorias hierarquizadas; a existência de quotas de avaliação e de uma dotação de vagas para acesso aos escalões de topo; a extinção dos quadros de escola; uma avaliação do desempenho desajustada das necessidades, burocratizada e penalizadora

dos profissionais; a aplicação de regras de mobilidade especial (supranumerários) – entre muitos outros aspectos que não mereceram o acordo das organizações sindicais.

Este ECD do ME terá consequências muito negativas nas escolas e levará à degradação das condições em que se desenvolve a actividade docente e à fragilização dos vínculos laborais, para além de potenciar novos focos de conflitualidade e de provocar divisões entre profissionais que deveriam intervir e agir de forma solidária e cooperativa.

Perante este quadro marcadamente negativo, os educadores e professores declaram-se disponíveis não só para intervir e agir no âmbito do processo de regulamentação do ECD imposto pelo ME, como para continuar a lutar contra um estatuto que desrespeita e desvaloriza a profissão docente e que contribuirá para uma quebra da qualidade das respostas educativas conferidas pela Escola Pública.

Os educadores e professores empenhar-se-ão com a Federação Nacional dos Professores (Fenprof) numa acção determinada em defesa de uma Escola Pública de Qualidade e para todos, em que os docentes continuem a ser actores principais a ter em conta e a respeitar”.



Ana Alvim

Há artigos do ECD que ainda não vigoram



Isto é

Em 19 de Janeiro foi publicado o Decreto-Lei nº 15/2007, que altera e republica o Estatuto da Carreira Docente dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário, alterando também o regime jurídico da formação contínua de professores.

Este decreto-lei entrou em vigor no dia seguinte ao da sua publicação, com excepção de alguns artigos que carecem de regulamentação. Esses entram em vigor na data do início da vigência dos diplomas regulamentadores previstos.

Assim, todos os artigos respeitantes à avaliação do desempenho (do 40º ao 49º) aguardam regulamentação, não estando, portanto, em vigor. Também os artigos 22º, 24º, 26º, 27º, 28º, 31º, 38º, 39º, 54º, 63º, 64º, 71º, 80º, 108º, 109º, 110º e 111º, que prevêem regulamentação, não entram, de imediato, em vigor.

Há situações que, não necessitando de regulamentação, se aplicam no início do ano lectivo, como o é caso dos artigos 77º (componente lectiva) e 102º (faltas por conta do período de férias): o actual 77º, implicando uma alteração à duração da componente lectiva semanal no Ensino Secundário e na Educação Especial, só poderá produzir os efeitos no ano lectivo 2007/08; o 102º, correspondendo a uma redução do número de dias por conta do período de férias, implica também que a sua aplicação corresponda ao início do próximo ano lectivo.

índice de legislação · janeiro

I Série

03. Resolução do Conselho de Ministros 1/07

Determina a criação de uma entidade pública empresarial que terá como objectivo o desenvolvimento e manutenção da rede pública de escolas secundárias.

03. Decreto-Lei 2/07

Actualiza os valores da retribuição mínima garantida para 2007.

16. Lei 4/07

Aprova as bases gerais do sistema de segurança social.

16. Lei 5/07

Regula as bases de desenvolvimento da actividade física e do desporto.

18. Portaria 88-A/07

Determina os aumentos da Função Pública para 2007.

19. Decreto-Lei 15/07

Aprova o Estatuto da Carreira Docente para os educadores de infância e os professores dos ensinos Básico e Secundário.

22. Portaria 91/07

Prevê a possibilidade de o empregador mandar verificar se o trabalhador se encontra na situação de doença.

24. Portaria 112/07

Determina que, no âmbito da desburocratização, deixa de ser necessário apresentar a prova anual de rendimentos do agregado familiar para efeitos de abono de família.

24. Portaria 112-A/07

Fixa o preço da refeição nos organismos da Administração Central e Local, em 3.60 euros para 2007.

25. Portaria 127-A/07

Estabelece o ajustamento anual da rede escolar, com a consequente criação, extinção e transformação de estabelecimentos.

II Série

10. Despacho Normativo 5/07

Altera os artigos 37º, 38º, 48º e 49º do Despacho Normativo nº 1/2005, de 5 de Janeiro.

11. Despacho 546/07

Cria o Programa Nacional de Ensino do Português no 1º Ciclo do Ensino Básico (PNEP).

15. Despacho 702/07

Cria um grupo de trabalho destinado a apresentar um estudo técnico para efeitos de uniformização dos montantes das pensões mínimas do regime da Segurança Social e da Caixa Geral de Aposentações.

19. Aviso 992/07

Abertura de concurso para o exercício de funções docentes no ensino português no estrangeiro em regime de contrato, a realizar para a Educação Pré-Escolar e os ensinos Básico e Secundário, para o ano escolar de 2007, na República da África do Sul.

24. Aviso 1.162/07

Abertura de uma vaga de professor de Filosofia na secção portuguesa da Escola Europeia do Luxemburgo.

24. Aviso 1.163/07

Abertura de uma vaga de professor de Português do Ensino Secundário na secção portuguesa da Escola Europeia do Luxemburgo.

25. Aviso 1.194/07

Abertura de concurso de inscrição para a docência na Escola Europeia de Bruxelas, para preenchimento de uma vaga de Matemática (Ensino Secundário).

30. Despacho 1.435/07

Subdelegação de competências no inspector José Maria de Pinho Moreira de Azevedo.

Rede pública comemora 30 anos

Sucessos e desafios da Educação Pré-Escolar

No dia 1 de Fevereiro, comemoraram-se 30 anos de existência da Rede Pública de Educação Pré-Escolar. Avaliando estes anos podemos ver que foram feitos de avanços e de recuos. Efectivamente, ao longo deste percurso existem aspectos que podemos considerar como marcantes. Pela positiva, assinala-se um crescente alargamento da rede, traduzido num aumento significativo da frequência de crianças em idade pré-escolar. Como facto assinalável, é de relevar a publicação da Lei-Quadro da Educação Pré-Escolar (Lei nº 5/79) que, depois de um amplo debate, veio reconhecer este sector de educação como a primeira etapa da educação básica.

Mas, infelizmente, por si só, a Lei não foi suficiente para travar as intenções daqueles que gostariam de ver a rede pública de jardins-de-infância transformada em meros espaços de guarda de crianças. A verdade é que a publicação de um calendário escolar diferenciado para este sector da educação, que ainda vigora e que prolonga a actividade lectiva em mais um mês do que o previsto para os 1º e 2º ciclos, encurtando os períodos de interrupção lectiva para este sector e penalizando de forma significativa a prática pedagógica desenvolvida pelos educadores de infância e os momentos destinados à avaliação, foi, sem dúvida, um dos aspectos mais negativos de todo este processo.

No entanto, passados 30 anos, continuamos a acreditar que um outro futuro é possível. Ainda que a tão ambicionada generalização a todas as crianças em idade pré-escolar tarde, e que no momento não se verifique sequer a garantia de frequência para todas as crianças com 5 anos, nem o investimento necessário para garantir que esta realidade se concretize, iremos continuar a lutar por uma rede de Educação Pré-Escolar pública de qualidade, que se traduza numa oferta na ordem dos 100%.

Continua a ser claro, para nós, que a rede pública de estabelecimentos é a única que pode garantir uma efectiva igualdade de oportunidades para todas as crianças, que combata as desigualdades sociais e promova o sucesso educativo. Por outro lado, não podemos esquecer que, ao longo dos últimos anos, a generalidade das autarquias fez um grande investimento na construção de equipamentos adequados que permitissem uma efectiva expansão da rede pública – investimento esse que se transformou numa mais-valia no seu desenvolvimento e que não pode ser ignorado.

É assim que, no momento em que se recordam os 30 anos da rede pública de jardins-de-infância, saudamos todos aqueles que, de uma forma ou outra, lutando contra as adversidades e políticas que procuram remeter este sector de educação para uma mera função assistencialista, contribuem diariamente para a existência de uma educação de qualidade.

De igual forma, declaramos que não baixaremos os braços até que o reconhecimento da Educação Pré-Escolar como a primeira etapa da educação básica seja uma realidade e não apenas um texto de lei, que se traduza efectivamente em actos e políticas dos governos, que têm a obrigação de dar uma resposta educativa e social de qualidade às crianças e às populações. ▸





Ana Alvim





Isto É

Formação creditada e financiada

A poucos dias da saída desta revista, os centros de formação do Instituto Irene Lisboa (IIL/Norte) e do Sindicato dos Professores do Norte (SPN) receberam as decisões de aprovação de financiamento, emanadas pelo gestor da Intervenção Operacional de Educação (Prodep III), referentes aos respectivos planos de formação para 2007.

É, assim, chegada a oportunidade de uma primeira divulgação, ainda que incompleta, dos dois planos, fortemente reduzidos em número e em temáticas de acções. Em virtude dos cortes e do contexto político-sindical resultante da publicação do Estatuto da Carreira Docente, as datas e locais da formação agora não referidos serão reajustados em breve. A divulgação final, a enviar a todos os sócios do SPN, conterà toda a informação, incluindo os períodos de inscrição nas diversas acções de formação. No plano do Centro de Formação do SPN, as duas turmas da Acção 4 não foram objecto de financiamento por parte do Programa de Desenvolvimento Educativo para Portugal (Prodep III), mas, por decisão da Direcção do Sindicato, realizar-se-ão sem custos para os formandos que nelas se inscreverem. ▶

Planos de Formação · 2007							
Identificação		Formadores	Modalidade	Duração	Creditação	Público-alvo	
 Instituto Irene Lisboa	7	A Utilização das TIC nos Processos de Ensino/Aprendizagem	João Paulo Silva	OF	25h	1 a 2	Educadores de infância e professores de todos os sectores de ensino
	8	Integração da Biblioteca Escolar no Projecto Educativo de Escola	Filomena Carvalho	CF	25h	1	Educadores de infância e professores do 1ºCEB
	9	A Biblioteca Escolar e as Literacias do Século XXI	Helena Sampaio	OF	50h	2 a 4	
 Sindicato dos Professores do Norte	4	T1 Educação, Profissão Docente e Movimentos Sociais T2 Educação, Profissão Docente e Movimentos Sociais	Isabel Baptista	CF	30h	1,2	Educadores de infância e professores de todos os sectores de ensino
	6	T1 A Biblioteca Escolar e as Literacias do Século XXI T2 A Biblioteca Escolar e as Literacias do Século XXI	Filomena Carvalho Helena Sampaio	CF	50h	2	Educadores de infância e professores do 1ºCEB
	8	A Utilização das TIC nos Processos de Ensino/Aprendizagem	João Paulo Silva	OF	25h	1 a 2	Educadores de infância e professores de todos os sectores de ensino
	9	Integração da Biblioteca Escolar no Projecto Educativo de Escola	Filomena Carvalho	CF	25h	1	Educadores de infância e professores do 1ºCEB
	10	Desenvolvimento da Biblioteca Escolar na Escola	Helena Sampaio	CF	50h	2	Educadores de infância e professores de todos os sectores de ensino

Revisão dos Estatutos do SPN



Está em curso o processo de revisão dos Estatutos do Sindicato dos Professores do Norte (SPN). Sendo um documento estruturante da essência da organização, a Direcção apela à participação de todos os associados na votação e ao seu esforço na mobilização de outros com quem contactem. A votação da única proposta apresentada, pela Direcção do Sindicato, realizar-se-á no dia 27 de Fevereiro de 2007 e será efectuada por escrutínio secreto, directo e universal, durante uma Assembleia Geral de Sócios descentralizada para o efeito convocada. De acordo com os Estatutos em vigor, a votação é feita na especialidade – o boletim de voto contém a indicação dos artigos sujeitos a votação. Nas páginas seguintes, podem ser consultadas, para além das alterações propostas, a metodologia aprovada para a votação, as instruções de voto e as mesas abertas para o efeito. À margem da revisão estatutária, adiante se divulgam, também, o plano de actividades e o orçamento do SPN para 2007, discutidos e aprovados na Assembleia Geral Ordinária que se realizou no dia 24 de Janeiro.

Tendo em conta:

- a necessidade de, ao nível organizativo, o Sindicato estar cada vez mais próximo dos professores e das escolas/agrupamentos;
- a constatação de uma nova realidade nas relações de trabalho, que – por força da acção política do Governo e do Ministério da Educação – é caracterizada pela existência de um número cada vez maior de professores contratados;
- a necessidade de uma relação mais profícua e que vá de encontro às necessidades dos professores que se encontram em situação de desemprego;
- a necessidade de uma maior fidelização ao Sindicato da elevada percentagem de associados contratados/desempregados;
- a possibilidade de correcção de outras situações pontuais que a realidade mostrou ser necessário introduzir;



Isto É

Metodologia para discussão e votação das alterações

A Direcção do Sindicato dos Professores do Norte propõe que se faça uma revisão dos seus Estatutos. Para a discussão e votação dessa alteração, a Direcção propõe a seguinte metodologia:

1. A votação, em Assembleia Geral de Sócios descentralizada, realiza-se no dia 27 de Fevereiro;
2. A data-limite para a entrega de propostas de alteração é 7 de Fevereiro de 2007;
3. As propostas de alteração aos Estatutos podem ser apresentadas por:
 - a) Direcção do Sindicato dos Professores do Norte;
 - b) 25 delegados sindicais em exercício de funções;
 - c) 200 sócios no pleno gozo dos seus direitos.
4. A divulgação aos sócios das propostas de alteração será feita até ao dia 20 de Fevereiro de 2007;
5. A votação das propostas de alteração será feita na especialidade, e por voto secreto, estando as urnas abertas das 09h00 às 18h00, na Sede do Sindicato e nas sedes das respectivas Áreas Sindicais, e das 11h00 às 15h00, nas urnas abertas em estabelecimentos de ensino previamente indicados pelas direcções das Áreas Sindicais;
6. É permitido o voto por correspondência, desde que o mesmo chegue à Sede do Sindicato até às 18h00 do dia 27 de Fevereiro de 2007. Neste caso, para a sua validação, o boletim de voto deverá ser inserido num envelope em branco, fechado, que, por sua vez, será introduzido num outro envelope sem outra indicação que não a do RSF, juntamente com a credencial que, para efeitos de votação, será enviada a todos os sócios;
7. Para deliberar validamente, esta Assembleia Geral de Sócios terá de ser participada por, pelo menos, 10% do número total de associados. ▶

Instruções de voto

Os associados do Sindicato dos Professores do Norte dispõem de duas modalidades de votação:

Correspondência. Depois de preenchido, o boletim de voto deverá ser introduzido no envelope branco, e este, juntamente com a credencial, no envelope RSF – a credencial não deverá, pois, ser introduzida no envelope branco juntamente com o boletim de voto, para não pôr em causa o secretismo do voto. São considerados válidos os votos recebidos na Sede do SPN, no Porto, até às 18 horas do dia 27 de Fevereiro de 2007. Assim, *caso optem por esta modalidade, e para garantir a validade dos seus votos, os sócios devem exercer o seu direito com a máxima brevidade.*

Presencial. Os interessados devem consultar os locais e horários de funcionamento das mesas de voto (ao lado e, no dia 27 de Fevereiro, dirigir-se a uma delas, com a credencial recebida e um documento de identificação. Todas as mesas terão à disposição dos associados um documento com as alterações que se encontram em votação. ▶

CONVOCATÓRIA

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE SÓCIOS

Dia 27 de Fevereiro de 2007

De acordo com os Estatutos do Sindicato dos Professores do Norte, convoco uma Assembleia Geral Extraordinária de Sócios, descentralizada, para o dia 27 de Fevereiro de 2007, a ter lugar entre as 9 e as 18 horas, nos locais indicados na revista SPN Informação – Fevereiro 2007.

Ordem de trabalhos:

Ponto único: Votação da alteração aos Estatutos do Sindicato dos Professores do Norte.

Porto, 7 de Fevereiro de 2007

A Presidente da Mesa da Assembleia Geral
Ruth Rodrigues



Revisão dos Estatutos do SPN

Onde votar

ÁREA SINDICAL DE AMARANTE

Sede da Área Sindical, 9h–18h

EB2,3/Sec. Baião, 11h–15h
EB2,3 Idães (Felgueiras), 11h–15h
EB2,3 Toutosa (Marco), 11h–15h
Esc. Sec. Marco de Canaveses, 11h–15h

ÁREA SINDICAL DE BRAGA

Sede da Área Sindical, 9h–18h

ÁREA SINDICAL DE BRAGANÇA

Sede da Área Sindical, 9h–18h

ÁREA SINDICAL DE CHAVES

Sede da Área Sindical, 9h–18h

ÁREA SINDICAL DE GUIMARÃES

Sede da Área Sindical, 9h–18h

EB2,3 D. Afonso Henriques, 11h–15h
EB2,3 Egas Moniz, 11h–15h
EB2,3 João Meira, 11h–15h
EB2,3 Caldas de Vizela, 11h–15h

ÁREA SINDICAL DE MIRANDELA

Sede da Área Sindical, 9h–18h

EB2,3/Sec. Alfândega da Fé, 11h–15h
EB2,3 Torre de Moncorvo, 11h–15h

ÁREA SINDICAL DE MONÇÃO

Sede da Área Sindical, 9h–18h

ÁREA SINDICAL DE PENAFIEL

Sede da Área Sindical, 9h–18h

ÁREA SINDICAL DO PORTO

Sede da Área Sindical, 9h–18h

ÁREA SINDICAL DA PÓVOA DE VARZIM

Sede da Área Sindical, 9h–18h

EB2,3 Dr. Flávio Gonçalves (Póvoa), 11h–15h
Esc. Sec. Rocha Peixoto (Póvoa), 11h–15h
EB1/II Caxinas (V. Conde), 11h–15h
EB2,3 Júlio Saúl Dias (V. Conde), 11h–15h
Esc. Sec. José Régio (V. Conde), 11h–15h
EBI de Apúlia (Esposende), 11h–15h
Esc. Sec. Henrique Medina (Esposende), 11h–15h
Esc. Sec. Alcides de Faria (Barcelos), 11h–15h

ÁREA SINDICAL DE SANTA MARIA DA FEIRA

Sede da Área Sindical, 9h–18h

ÁREA SINDICAL DE SÃO JOÃO DA MADEIRA

Sede da Área Sindical, 9h–18h

EB2,3 Arouca, 11h–15h

Esc. Sec. Vale de Cambra, 11h–15h
Esc. Sec. Soares de Basto (O. Azeméis), 11h–15h

ÁREA SINDICAL DE VIANA DO CASTELO

Sede da Área Sindical, 9h–18h

ÁREA SINDICAL DE VILA NOVA DE FAMALICÃO

Sede da Área Sindical, 9h–18h

EB2,3 Bernardino Machado (Joane), 11h–15h
EB2,3 Júlio Brandão (Famalicão), 11h–15h
EBI Arnoso, 11h–15h
EB2,3 São Rosendo (Santo Tirso), 11h–15h
EBI São Martinho do Campo (Santo Tirso), 11h–15h
EB2,3 Prof. Napoleão de S. Marques (Trofa), 11h–15h
EB2,3 São Romão do Coronado (Trofa), 11h–15h
EB2,3 Alvarelhos (Trofa), 11h–15h

ÁREA SINDICAL DE VILA REAL

Sede da Área Sindical, 9h–18h

Capítulo III – Dos associados, quotização e regime disciplinar

Secção I – Dos associados

Artigo 8.º – (Filiação)

1. Têm direito a filiar-se no Sindicato todos os trabalhadores por ele abrangidos que:
 - a) desempenhem funções docentes remuneradas por parte de uma entidade patronal;
 - b) desempenhem funções docentes remuneradas em cooperativas de educação e ensino sem fins lucrativos;
 - c) se encontrem na situação de licença, de baixa, de reforma ou de aposentação;
 - d) procurem o primeiro emprego como educador ou professor e possuam habilitação profissional orientada para a docência, **até ao limite de três anos**;
 - e) tendo exercido funções docentes e candidatando-se à docência, se encontrem desempregados, **até ao limite de três anos**;
 - f) exerçam funções técnico-pedagógicas **fora dos estabelecimentos de educação e ensino**.
2. A cidadania estrangeira não constitui impedimento à sindicalização.
3. A aceitação ou recusa de filiação é da competência da Direcção e da sua decisão cabe recurso para a Assembleia Geral de Delegados, que a apreciará na primeira reunião que ocorrer após a sua interposição, salvo se já tiver sido convocada.
4. Têm legitimidade para interpor recurso o interessado e qualquer associado no pleno gozo dos seus direitos sindicais.

Artigo 8.º – (Filiação)

1. Têm direito a filiar-se no Sindicato todos os trabalhadores por ele abrangidos que:
 - a) [...]
 - b) [...]
 - c) [...]
 - d) procurem o primeiro em-prego como educador ou professor e possuam habilitação profissional orientada para a docência;
 - e) tendo exercido funções docentes e candidatando-se à docência, se encontrem desempregados;
 - f) exerçam funções técnico-pedagógicas.
2. [...]
3. [...]
4. [...]

Secção II – Da quotização

Artigo 14.º – (Quotização)

1. O valor da quota mensal a pagar por cada associado corresponderá a 1 % do vencimento base ilíquido recebido mensalmente.
2. O valor da quota mensal a pagar por cada associado em situação de reforma ou aposentação corresponderá a 0,5% da pensão ilíquida recebida mensalmente.

Artigo 14.º – (Quotização)

1. [...]
2. [...]
3. **[novo]** O valor da quota mensal a pagar por cada associado nas condições referidas nas alíneas d) e e) do n.º 1 do artigo 8.º corresponderá a 1% do valor do salário mínimo nacional.
4. **[novo]** Independentemente da situação profissional ou laboral de cada associado, o valor da respectiva quota mensal a pagar não poderá

Artigo 15.º — (Isenção do Pagamento de Quota)

1. Salvo declaração em contrário dos próprios, estão isentos do pagamento de quota os sócios:
 - a) no cumprimento do serviço militar obrigatório;
 - b) que, tendo exercido funções docentes, se encontrem em situação de desemprego ou interrompam temporariamente a sua actividade;
 - c) unilateralmente suspensos de vencimento pela entidade patronal.
2. A Direcção poderá isentar do pagamento de quotas, com carácter excepcional e temporário, os sócios que comprovem ter dificuldades objectivas em poder fazê-lo.

Artigo 15.º – (Isenção do Pagamento de Quota)

1.
 - a) **Eliminar.**
 - b) **Eliminar.**
 - c) **Eliminar.**
2. A Direcção poderá isentar do pagamento de quotas, com carácter excepcional e temporário, os sócios que **o requerirem** e comprovem ter dificuldades objectivas em poder fazê-lo.

Secção III – Da regime disciplinar

Artigo 19.º – (Exercício do Poder Disciplinar)

1. Tem competência disciplinar a Direcção.
2. O processo disciplinar consiste numa fase de averiguações preliminares que terá a duração máxima de 30 dias, à qual se segue o processo propriamente dito, que se inicia com a apresentação ao sócio de uma nota de culpa com a descrição concreta e específica dos factos da acusação.
3. A nota de culpa deve ser reduzida a escrito em duplicado, sendo o original entregue ao sócio, pessoalmente, mediante recibo, ou enviado por carta registada com aviso de recepção.
4. O acusado apresentará a sua defesa por escrito no prazo de 20 dias a contar da apresentação da nota de culpa ou da data de recepção do respectivo aviso, podendo requerer as diligências que repute necessárias à descoberta da verdade e apresentar três testemunhas para cada facto.
5. A decisão será obrigatoriamente tomada no prazo de 30 dias a contar da apresentação da defesa, **podendo este prazo ser prorrogado até ao limite de 30 dias, se a Comissão Instrutora o achar necessário**.
6. Da decisão da Direcção cabe recurso, no prazo de 10 dias a contar da notificação, para a Assembleia Geral de Delegados, na primeira reunião que ocorrer após a decisão, salvo se já tiver sido convocada.
7. Da decisão da Assembleia Geral de Delegados cabe recurso, no prazo de 10 dias a contar da notificação para a Assembleia Geral, que deliberará em última instância.
8. O recurso será obrigatoriamente apreciado na primeira reunião que ocorrer após a decisão, salvo se a Assembleia Geral já tiver sido convocada ou se se tratar de Assembleia Geral Eleitoral.

Artigo 19.º – (Exercício do Poder Disciplinar)

1. [...]
2. [...]
3. [...]
4. [...]
5. A decisão será obrigatoriamente tomada no prazo de 30 dias a contar da apresentação da defesa.
6. [...]
7. [...]
8. [...]

Capítulo III – Da estrutura organizativa

Secção I – Dos órgãos do sindicato

Subsecção I – Disposições gerais

Artigo 25.º – (Destituição dos Corpos Gerentes)

1. Os membros da Mesa da Assembleia Geral, da Direcção previstos na alínea a) do número 2, do artigo 41.º e do Conselho Fiscal e de Jurisdição podem ser destituídos pela Assembleia Geral que haja sido convocada expressamente para este efeito com a antecedência mínima de 15 dias, e desde que votada por, pelo menos, 2/3 do número total de associados presentes.
2. A Assembleia Geral que destituir, pelo menos, 50% dos membros de um ou mais órgãos, elegerá uma Comissão Provisória em substituição do órgão ou órgãos destituídos.
3. Os membros das Direcções das Áreas Sindicais podem ser destituídos pela respectiva Assembleia da Área Sindical, nos termos do número 1.
4. As Assembleias das Áreas Sindicais que destituírem, pelo menos, 50% dos membros da respectiva Direcção da Área Sindical, elegerão uma Comissão Provisória em substituição do órgão destituído.
5. Nos casos previstos nos números 2 e 4, realizar-se-ão eleições intercalares, no prazo máximo de 60 dias, **salvo no caso de coincidência com o período não lectivo.**

Artigo 25.º – (Destituição dos Corpos Gerentes)

1. [...]
2. [...]
3. [...]
4. [...]
5. Nos casos previstos nos números 2 e 4, realizar-se-ão eleições intercalares no prazo máximo de 60 dias.
6. **[novo]** Para efeitos da contagem do prazo referido no número anterior, não serão considerados os períodos de interrupção da actividade lectiva.

Subsecção II – Da Assembleia Geral

Artigo 28.º – (Periodicidade das reuniões)

1. A Assembleia Geral reunirá obrigatoriamente em sessão ordinária:
 - a) de três em três anos, para proceder à eleição dos Corpos Gerentes;
 - b) anualmente, até 31 de Março, para aprovar, alterar ou rejeitar o Relatório e Contas apresentados pela Direcção;
 - c) anualmente, até 31 de Dezembro, para aprovar, alterar ou rejeitar o Plano de Actividades e Orçamento apresentados pela Direcção.
2. A Assembleia Geral reúne extraordinariamente sempre que, no âmbito das suas competências, a convocação for solicitada pelos órgãos competentes.

Artigo 28.º – (Periodicidade das reuniões)

1. [...]
 - a) [...]
 - b) [...]
 - c) [...]
2. A Assembleia Geral reúne extraordinariamente sempre que, no âmbito das suas competências, a convocação for solicitada pelos órgãos competentes **ou pelos associados, nos termos do artigo seguinte.**

Artigo 29.º – (Convocação)

A convocatória da Assembleia Geral é da responsabilidade da Mesa da Assembleia Geral, a solicitação da Direcção ou da Assembleia Geral de Delegados Sindicais.

Artigo 29.º – (Convocação)

A convocatória da Assembleia Geral é da responsabilidade da Mesa da Assembleia Geral, a solicitação da Direcção, **da Assembleia Geral de Delegados Sindicais ou de 200 associados no pleno gozo dos seus direitos.**

Subsecção II – Da Mesa Assembleia Geral

Artigo 33.º – (Competências)

Compete em especial à Mesa da Assembleia Geral:

- a) convocar a Assembleia Geral e demais Assembleias previstas nos presentes Estatutos, nos termos e prazos regulamentares;
- b) dirigir os trabalhos da Assembleia Geral, de modo a fazer cumprir os princípios de funcionamento democrático e as normas estatutárias;
- c) colaborar com a Direcção na divulgação, aos associados, das decisões tomadas em Assembleia Geral;
- d) deliberar sobre a forma de funcionamento da Assembleia Geral, nomeadamente quanto à descentralização, quando esta não se encontrar expressa nos Estatutos ou no Regulamento da Assembleia Geral;
- e) assegurar que, antes da reunião da Assembleia Geral, sejam dadas a conhecer aos associados as propostas a discutir;
- f) representar interinamente o Sindicato, até às eleições intercalares, em caso de destituição da Direcção;
- g) dirigir todo o processo eleitoral para os Corpos Gerentes;
- h) conferir posse aos Corpos Gerentes, dentro do prazo de oito dias após publicação dos resultados oficiais das eleições.

Artigo 33.º – (Competências)

Compete em especial à Mesa da Assembleia Geral:

- a) [...]
- b) [...]
- c) [...]
- d) [...]
- e) [...]
- f) [...]
- g) [...]
- h) conferir posse aos Corpos Gerentes, dentro do prazo de **30 dias** após publicação dos resultados oficiais das eleições.

ção dos Estatutos do SPN

Proposta da Direcção

Em Novembro, o Sindicato dos Professores do Norte (SPN) completa 25 anos, efeméride que importa comemorar condignamente. Assim, será levado a cabo um vasto conjunto de actividades e iniciativas que possibilitem aos sócios, e aos professores em geral, participar nesta comemoração.

Actividades do SPN para 2007

Em 2007, a actividade do SPN continuará a pautar-se pelos grandes princípios que o têm orientado desde a constituição. Continuaremos a nortear o nosso trabalho por um contacto permanente com os professores nas escolas, procurando identificar e compreender os seus anseios e as suas dúvidas, as potencialidades e os constrangimentos a que o seu trabalho está sujeito, os seus desejos de mudança e de intervenção na construção de uma Escola mais universal e mais justa, promotora de condições de igualdade de oportunidades para todos.

Valorizaremos e procuraremos dignificar, pela participação assídua e qualidade de intervenção, os espaços organizacionais em que nos integramos, da Fenprof à CGTP-IN, passando pela Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública, Confederação Portuguesa de Quadros Técnicos e Científicos, bem como pelo aprofundamento de relações com organizações congéneres da Galiza e pela intervenção atenta e activa em espaços internacionais que cabem à Fenprof, da CPLP-Sindical de Educação à Internacional de Educação.

Prosseguiremos no sentido de reforçar laços de solidariedade – que devem percorrer os espaços sindicais em todas as dimensões: estritamente profissional, nacional e internacional –, em ordem à criação de um movimento orientado pela ideia de que outro mundo é possível, mais justo, mais fraterno e mais projectado para o bem-estar e para a criação de condições de vida dignas de todos os povos.

Num plano mais específico, inscrevemos no orçamento uma verba para a Educação para o Desenvolvimento – matéria em que somos pioneiros no conjunto do movimento sindical docente. Consideramos essencial continuar a apostar nesta área, criando condições para alimentar solidariamente projectos exequíveis, assentes em boas práticas e geradores de soluções positivas, ainda que mais ou menos pontuais.



Arquivo SPN



Arquivo SPN

ECD e formação

2007 ficará marcado como o ano da entrada em vigor do novo Estatuto da Carreira Docente. A imposição deste ECD, atentatório dos direitos e do perfil profissional dos docentes, continuará a merecer uma forte contestação dos sindicatos e dos professores. Mas a tarefa que nos espera é agora mais difícil, porque terá que contrariar sentimentos de desânimo, que facilmente levam à desistência.

Ao mesmo tempo que nos envolveremos nos processos de regulamentação que agora se vão desenvolver, empenhar-nos-emos na exigência da sua revogação e na construção de um outro estatuto que valorize material e socialmente a profissão e contribua para a melhoria da Escola Pública. Na defesa dos interesses da classe que representamos, usaremos todos os recursos de acção e de luta ao nosso alcance: reuniões nas escolas, plenários de professores, manifestações e outras intervenções que se revelem ajustadas a cada momento e contribuam para reforçar a unidade que a classe docente será, uma vez mais, chamada a demonstrar.

Na área da formação contínua, a acção do SPN continuará condicionada pelo financiamento do PRODEP, que em 2006 inviabilizou a actividade regular dos nossos dois centros de formação (do SPN e do IIL/Norte). Relevando a importância da formação no projecto sindical que o SPN abraçou desde a fundação, continuaremos a desenvolver iniciativas no âmbito das Jornadas Pedagógicas, tendo agora em linha de conta os condicionalismos decorrentes do novo ECD. Disponibilizando espaços de reflexão e discussão, de troca de experiências e análise de problemas, estas iniciativas constituem imprescindíveis espaços de formação.

SPN e Fenprof

Durante o ano há que salientar, ainda, a realização da Conferência de Organização – uma das ideias-fortes do programa da lista concorrente às últimas eleições, que a propunha para o primeiro ano de mandato da futura/actual Direcção.

Não tendo sido possível realizá-la em 2006, a conferência merecerá particular atenção dos Corpos Gerentes e procurará ser um momento alto de reflexão sobre o sindicalismo e a influência do SPN, a sua inserção nas escolas e junto dos professores, os resultados que já atingiu e os que ambiciona vir a atingir, os processos que norteiam a sua acção e o equacionar de novas formas de intervenção, os dilemas com que se debate a Educação e o papel dos professores. Enfim, uma reflexão larga, que se pretende crítica, criativa e que contribua para o reforço do SPN – o que passará, necessariamente, pela sindicalização de novos professores, particularmente importante no difícil contexto político e sindical que atravessamos.

Também este ano, realizar-se-á o 9º Congresso Nacional dos Professores. Trata-se de um momento importante na vida da Fenprof, em que se fará um balanço da evolução da situação no plano educativo e profissional nos últimos anos e se aprovará um Programa de Acção e

uma Resolução Reivindicativa que orientarão a acção da Federação e dos seus sindicatos no próximo triénio. O SPN empenhar-se-á na construção dos documentos preparatórios, na dinamização do debate nas escolas e com os professores e na eleição de delegados.

Informação, cultura e apoio aos sócios

Em 2007, trabalharemos para que o nosso órgão de informação oficial – «SPN-Informação», agora em formato de revista – continue a sair com periodicidade regular, a apresentar con-

teúdos renovados e de forma atractiva e a estimular a participação dos associados e o enriquecimento da sua linha editorial. A informação mais conjuntural, que se revele decisiva para as escolas e os professores em cada momento, continuará a ser garantida através de materiais próprios, destinados à afixação em placar sindical e/ou à distribuição.

No próximo ano, também prosseguiremos com a edição regular de livros e do jornal mensal «A Página da Educação» – no âmbito da Editora ProfEdições, de que o SPN é sócio maioritário –, dando corpo a uma linha de intervenção aberta, crítica, atenta e interveniente sobre o que ocorre no mundo da educação, e da política em geral, em Portugal e no mundo.

Desenvolveremos, ainda, uma actividade cultural resultante de iniciativas próprias ou de divulgação e apoio a outras que valorizemos devidamente e que permitam aos nossos associados usufruir de espaços neste domínio. O mesmo relativamente a novas regalias sociais que possam ser postas ao serviço dos interesses dos sócios.

Mas, essencialmente, a vontade, a dedicação e o empenho de todos os dirigentes continuarão centrados no apoio e no atendimento aos sócios, nas 15 delegações e nos milhares de escolas da área geográfica de intervenção do SPN. Trabalho que tem de ser acompanhado por uma rede intensa e activa de delegados sindicais, devidamente ligados ao trabalho global dos dirigentes e que com eles possam interagir proficuamente. ▶

Adaptado do Plano de Actividades do SPN para 2007, aprovado em Assembleia Geral realizada no dia 24.01.07



Adriano Rangel

Orçamento do SPN para 2007

conta		orçamento
991	CUSTOS DE FUNCIONAMENTO DA ESTRUTURA	1.456.000,00
9911	Encargos Salariais	899.000,00
9912	Honorários	160.000,00
9913	Instalações	110.000,00
99131	Encargos Diversos	
99132	Obras e Reparações	
9914	Comunicações	150.000,00
9915	Despesas Bancárias	45.000,00
9916	Reparações e Assistências Técnicas	19.000,00
99161	Viaturas	
99162	Viaturas Dirigentes	
99163	Outro Equipamento	
9917	Outros Custos de Funcionamento	73.000,00
99171	Ferramentas, Utensílios de Desgaste Rápido	
99173	Material de Escritório	
99175	Garagem/Estacionamentos	
99176	Serviços Informáticos	
99179	Diversos	
992	QUOTIZAÇÕES	617.450,00
9921	Fenprof	390.000,00
9922	CPQTC	11.000,00
9923	UPP	1.200,00
9924	IIL	1.000,00
9925	ATTAC	250,00
9926	CGTP-IN	153.000,00
9927	União de Sindicatos	61.000,00
993	INICIATIVAS CONJUNTAS/SOLIDARIEDADE	13.600,00
9931	Frente Comum	2.000,00
9932	CGTP-IN	1.000,00
9934	25 de Abril	1.000,00
9935	Fenprof	5.000,00
9937	Solidariedade c/ Outras Estruturas	600,00
9938	CPQTC	1.000,00
9939	Outras Iniciativas	3.000,00
994	INVESTIMENTOS	68.500,00
9941	Equipamentos	20.000,00
9942	Sedes	48.500,00
995	ACTIVIDADE SINDICAL	944.005,00
9951	FUNCIONAMENTO DE ESTRUTURA/DIRECÇÃO	80.550,00
99511	Despesas de Coordenação	13.600,00
99512	Comissão Executiva	1.800,00
99513	Plenário de Dirigentes	17.500,00
99514	25º Aniversário do SPN	25.000,00
99515	Conselho Fiscal	250,00

conta		orçamento
99517	Aposentados	4.500,00
99518	Despesas de Representação	4.400,00
99519	Corpos Gerentes	13.500,00
9952	DEPARTAMENTOS	764.155,00
995212	Dep. Apoio aos Sócios	170.000,00
99521211	Seguro Grupo	129.500,00
99521212	Outras Regalias	24.800,00
9952122	Contencioso	15.700,00
995213	Dep. Educação p/ o Desenvolvimento	15.655,00
995214	Frente Educação e Desenvolvimento	
9952141	Frente Cultural	
9952142	Gabinete de Estudos e Projectos	
995215	Dep. Gestão e Avaliação	5.000,00
995216	Dep. Formação	14.000,00
995217	Dep. Organização Sindical	75.000,00
9952171	Organização	
9952172	Conferência de Organização	
995218	Dep. Informação	469.500,00
9952181	Informação Sindical	5.000,00
9952182	Comunicação Social	5.000,00
9952183	Edições e Produções	459.500,00
995219	Dep. Educação Básica	7.000,00
995220	Dep. Ensino Secundário	1.000,00
995222	Dep. Ensino Particular e Cooperativo	5.000,00
995223	Dep. Ensino Superior	1.000,00
995224	Dep. Ensino ao Longo da Vida/Recorrente	1.000,00
9953	ÁREAS SINDICAIS	99.300,00
995311	A.S. Sta. Maria da Feira	5.100,00
995312	A.S. S. João da Madeira	5.500,00
995313	A.S. Braga	8.500,00
995314	A.S. Guimarães	3.000,00
995315	A.S. V. N. Famalicão	6.000,00
995316	A.S. Bragança	6.200,00
995317	A.S. Mirandela	4.000,00
995318	A.S. Porto	29.000,00
995319	A.S. Póvoa de Varzim	5.500,00
995320	A.S. Amarante	8.400,00
995321	A.S. Penafiel	2.500,00
995322	A.S. Viana do Castelo	4.000,00
995323	A.S. Monção	2.400,00
995324	A.S. Vila Real	5.000,00
995325	A.S. Chaves	4.200,00
	TOTAL DE CUSTOS	3.099.555,00
	FUNDO DE RESERVA	31.445,00
9954	RECEITAS DE QUOTIZAÇÃO	3.131.000,00

Parecer do Conselho Fiscal e de Jurisdição

"O Conselho Fiscal e de Jurisdição, reunido a 22 de Janeiro de 2007, apreciou o Plano de Actividades e a Proposta de Orçamento do Sindicato dos Professores do Norte para 2007.

Quanto ao Plano de Actividades, salientam-se os seguintes aspectos:

1. A entrada em vigor do novo Estatuto da Carreira Docente vai exigir de todos um grande esforço na luta pela dignificação da classe (...).
2. A realização do 9º Congresso da Fenprof será um momento importante na vida da Federação, porque serão aprovados os documentos que orientarão a acção dos professores (...).
3. A realização da Conferência de Organização (...) em que se fará uma

reflexão sobre a influência do nosso sindicato e em que se equacionarão novas formas de intervenção sindical face aos novos problemas com que se defrontam os professores.

4. A participação em actividades em defesa da paz, da cooperação com outros trabalhadores e outros povos e nos espaços organizacionais em que nos integramos (...).

No que respeita ao Orçamento, o Conselho Fiscal considera-o equilibrado e adaptado ao Plano de Actividades.

O Conselho Fiscal enaltece a gestão rigorosa do Departamento de Gestão Financeira".

A iniciativa, denominada “*Somos Nós Os Teus Cantores*”, foi organizada pela Casa do Povo da Longra, em parceria com o núcleo nortenho da Associação José Afonso (AJA) e com o apoio da Associação 25 de Abril e do Sindicato dos Professores do Norte SPN).

SPN apoiou iniciativa da Casa do Povo da Longra

Casa cheia para celebrar José Afonso

José Carlos Pereira,
Associação José Afonso/Norte

Foi um dia extraordinário o que se viveu na Casa do Povo da Longra (Felgueiras), na abertura do ciclo de homenagens a José Afonso, por ocasião dos 20 anos da sua morte (23 de Fevereiro de 1987). Na oportunidade, também foi evocada a memória de Adriano Correia de Oliveira, desaparecido há quase 25 anos (16 de Outubro de 1982). “É lamentável o esquecimento a que foi votado o nosso amigo Adriano, grande e bom companheiro do Zeca, a quem o país tudo deve. É um enorme crime colectivo. Os poderes instituídos são os culpados desse crime. Este silêncio não é inocente, não é casual”, denunciou o presidente da AJA, Alípio de Freitas, na abertura de uma tertúlia em que participaram Isabel e José Manuel (filhos de Adriano), os jornalistas Alexandre Manuel e Soares Novais e o músico Paulo Alão, entre outros.

Na ocasião, foi inaugurada uma exposição sobre a vida e obra de José Afonso e anunciados dois livros: um sobre Adriano Correia de Oliveira (*Arca das Letras*) e outro de Miguel Gouveia, sobre a poesia de José Afonso – a propósito, o autor realizou um *workshop* de escrita criativa para crianças.

Mas o ponto alto da iniciativa foi, sem dúvida, o concerto realizado à noite. Com a Casa do Povo praticamente cheia, actuaram Francisco Fanhais e Tino Flores (que acompanharam José Afonso em muitos espectáculos), a banda Hyubris – que se destacou com uma versão muito bem trabalhada da “Canção de Embalar” –, os Erva de Cheiro, que ali lançaram um CD de versões intitulado «Que Viva o Zeca!», e o grupo AJAforça, nascido em torno da AJA/Norte.

No final, antes de uma parte da assistência subir ao palco para cantar a “Grândola”, a organização distribuiu 400 cravos pelos presentes, a maioria dos quais se deslocaram do Porto, Guimarães, Amarante, Coimbra, Lisboa e outros pontos do país. ▶



Centro Cultural Vila Flor:

Guimarães canta Zeca Afonso

No âmbito das comemorações dos 20 anos sobre a morte de José Afonso, o Círculo de Arte e Recreio, a Associação José Afonso, a Associação 25 de Abril e A Oficina, promovem, no fim-de-semana de 23-24 de Fevereiro, um conjunto de iniciativas que inclui música, teatro, poesia, cinema, debates e uma exposição.

Destaque para uma encenação sobre Zeca Afonso (“Menino d’Oiro”), um debate sobre a sua vida e obra – participam Alípio de Freitas, Hélder Costa, José António Gomes, José Mário Branco e Mário Barradas – e o concerto “Maio Maduro Maio”, com Amélia Muge, João Afonso e José Mário Branco (os galegos Ardentia asseguram a primeira parte). ▶



Zeca: um talento inato

Mais do que escrever ou falar sobre o Zeca, deveríamos *praticá-lo*. Para isso seria necessário termos ao nosso dispor não só as letras, mas também as partituras. Porque não basta conhecermos de *ouvido* meia dúzia de canções que entraram, e bem!, no nosso imaginário; e porque acontece que nem toda a música de José Afonso, ao contrário do que alguém afirmou, “é simples” (Almeida Santos, conhecido político, antigo fadista de Coimbra, e outros).

Imaginemos um compositor musical de profissão na área da música clássica. Para além do seu talento pessoal, e para atingir o estatuto de compositor, deverá ter passado por um currículo formal, nas escolas de música, currículo esse que contenha disciplinas essenciais – Composição, Análise, História da Música (pouco importam aqui as designações) –, através das quais o estudante, futuro compositor, se vai familiarizando com todas as técnicas de composição e com as grandes obras musicais que fizeram história, com as genealogias e com as filiações que, no caso da música europeia, remontam pelo menos à Grécia Antiga.

Pois bem, podemos afirmar que José Afonso, sem nunca ter estudado composição musical, sem sequer saber ler música, dedilhando mal a viola, produziu, nas suas cerca de 170 canções, matéria que dará, a quem se quiser abalançar a tal tarefa, para um longo curso de composição e análise musical. Eis aqui um belo desafio. Já alguém pensou nisto?

O Zeca que nada sabia de técnicas de composição utiliza as escalas modais e diatónicas na perfeição; faz uso absolutamente correcto, e mesmo criativo, das modulações. Mas o que se torna mais surpreendente é que estas técnicas perfeitas de composição sejam, como se observou, totalmente intuitivas! É nestes itens que reside o génio de José Afonso: o mergulho nas águas profundas da História da Música, a filiação nos tempos mais remotos e originais da música popular e o seu talento pessoal!

Mais do que “intervenção”

Quando aqui se lembrou Lopes-Graça («SPN-Infomação» de Dezembro), afirmou-se que a sua música não cedia a facilismos. O mesmo podemos dizer de Zeca Afonso. Por isto, certas belíssimas canções se tornam tão difíceis de executar, mesmo que permaneçam para sempre na nossa memória auditiva. É também o motivo e a razão para pensarmos que José Afonso é muito mais do que o cantor de *intervenção* a que alguns o reduziram.

Na verdade, as canções de *intervenção* preenchem apenas uma parte da sua obra. Ao analisarmos a música de José Afonso devemos ter em conta a sua estética e não apenas um aspecto parcelar, o aspecto político – eis porque se torna imperiosa a edição completa das partituras.

Há tempos, um grupo constituído por quatro músicos atirou-se à tarefa de passar a papel pautado a obra completa do Zeca. O trabalho foi feito por simples missão cultural. Infelizmente, problemas relacionados com direitos de autor, a que estes quatro músicos são absolutamente alheios, não permitem a sua publicação. Está assim impedido, por tempo indeterminado, o acesso ao que há de mais belo e original na música popular portuguesa de cariz urbano. Quem quiser *praticar* Zeca Afonso, tal como ele compôs, respeitando a sua originalidade, vai ter de esperar. Depois de passar pelo que passou o autor, durante boa parte da sua vida, triste destino o da sua obra...

José Afonso deu ao seu génio criador o suporte de uma voz inconfundível. A música do Zeca vale pela beleza da composição musical, pela qualidade do texto literário e pelo suporte da sua voz. Daqui a simplicidade dos arranjos instrumentais de que o jovem Rui Pato – começa a acompanhar Zeca Afonso com apenas 16 anos! – foi intérprete fundamental nos primeiros discos: uma voz e uma viola. Por este facto, sentimos algum desconforto quando certos músicos resolvem fazer *arranjos* das músicas do Zeca que nada acrescentam ao original. A música do Zeca, de tão profunda, torna-se leve, leve... Não a tornemos pesada...

A modos que poeta

Com que olhos veria o Zeca o mundo de hoje? Esta sociedade esfarelada, invertebrada, onde a palavra solidariedade desapareceu?

Um Zeca perseguido, preso pela PIDE por cantar.

Um Zeca que dizia: “Na verdade, aquilo que me dominou durante 14 anos foi o meu *métier* de professor. Eu não via senão o ensino, isto é, uma certa libertação das pessoas, numa formação pedagógica que não se cingisse apenas a programas e livros”.

Um Zeca que no declinar da sua vida, doente, visitava no hospital onde se encontrava, os outros doentes a quem chamava “o meu sindicato”.

Um Zeca a quem o instrutor de condução, em Moçambique, perguntou, talvez alarmado (conseguimos imaginar perfeitamente a cena): “O senhor é assim a modos que poeta, não é?” ▶

Guilhermino Monteiro, professor e músico
Octávio Fonseca Silva, investigador musical

Nota: Título e subtítulos da Redacção

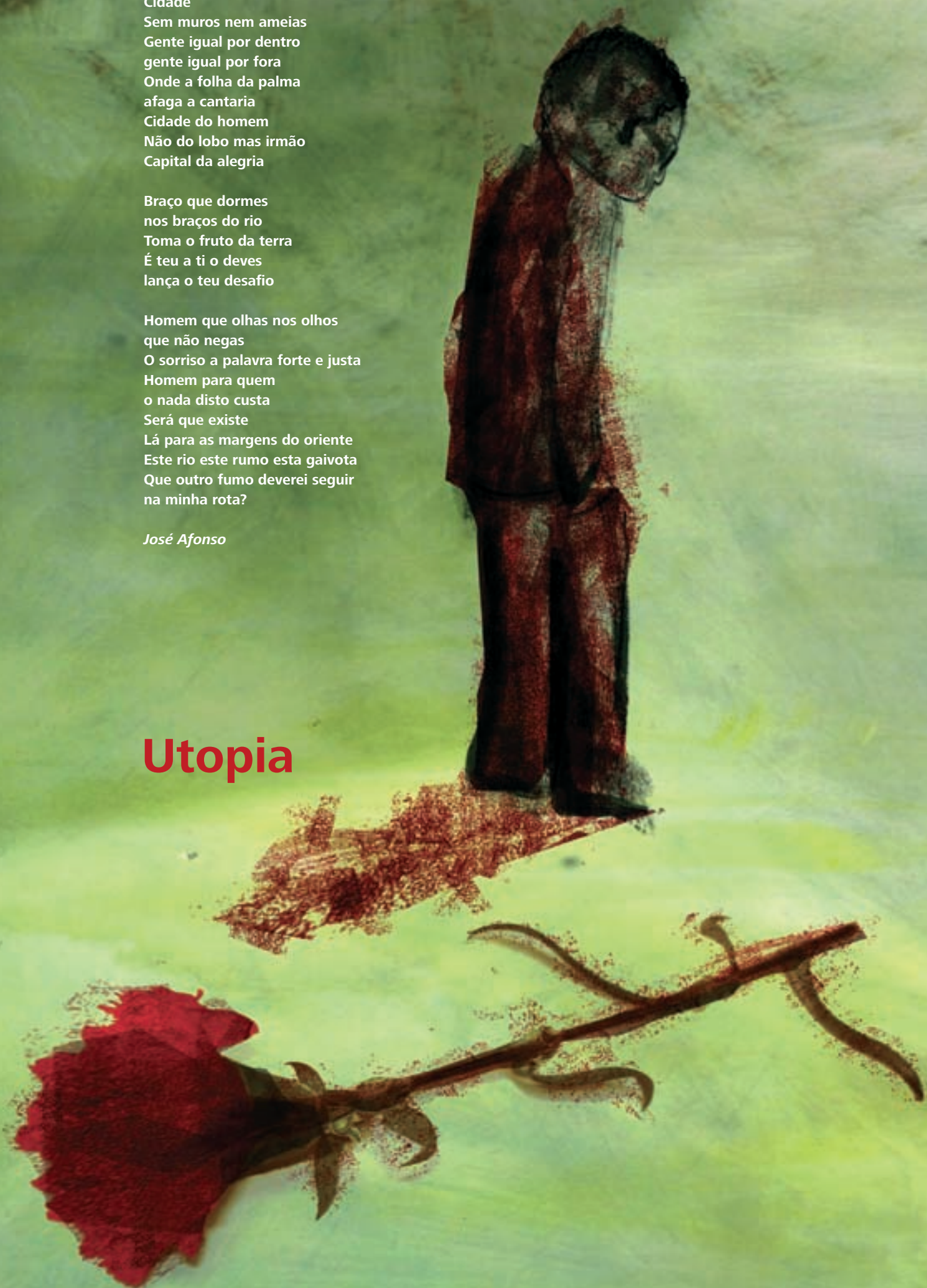
Cidade
Sem muros nem ameias
Gente igual por dentro
gente igual por fora
Onde a folha da palma
afaga a cantaria
Cidade do homem
Não do lobo mas irmão
Capital da alegria

Braço que dormes
nos braços do rio
Toma o fruto da terra
É teu a ti o deves
lança o teu desafio

Homem que olhas nos olhos
que não negas
O sorriso a palavra forte e justa
Homem para quem
o nada disto custa
Será que existe
Lá para as margens do oriente
Este rio este rumo esta gaivota
Que outro fumo deverei seguir
na minha rota?

José Afonso

Utopia



CGTP-IN realizou conferência sobre organização sindical

Juntos pela mudança de políticas

No próximo dia 2 de Março, os trabalhadores portugueses vão dar “mais um vigoroso sinal” de protesto “contra o aumento do custo de vida, pela melhoria dos salários e pela dinamização da contratação colectiva”, “pelo emprego de qualidade, contra o desemprego, pelo combate à precariedade e às teses da *flexigurança*”, “contra a redução do valor das pensões” e “por uma Administração Pública eficaz, com emprego público dignificado e serviços públicos de qualidade”, incluindo a Educação.

Para aquela data, em Lisboa, os sindicatos da CGTP estão a preparar uma acção nacional de luta convergente (sectores público e privado). Sob o lema “Juntos Pela Mudança de Políticas”, os trabalhadores do sector privado vão concentrar-se no Saldanha, junto à Confederação da Indústria Portuguesa (CIP), e os da Administração Pública nos Restauradores, desfilando depois, em conjunto.

Dinamizar o sindicalismo

“Temos que reforçar a sindicalização, para sermos mais eficazes”, sublinhou o secretário-geral da central sindical, na intervenção de encerramento da conferência. Manuel Carvalho da Silva destacou, a propósito, que em Portugal há milhares de trabalhadores “sem qualquer tipo de direitos” e que a precariedade é uma realidade em praticamente todos os sectores”, apontando o exemplo dos professores que estão a ser pagos “a quatro euros à hora” nas actividades de enriquecimento curricular e recordando que o subsídio de desemprego continua a não ser aplicado aos docentes do Ensino Superior.

Carvalho da Silva chamou a atenção, também, para “os anseios e perspectivas dos jovens trabalhadores” e salientou que “a unidade sindical é determinante para o êxito das lutas” e que “todos os trabalhadores de todos os sectores têm lugar na CGTP”, que baseia a sua acção num “projecto sindical transformador” e num sindicalismo solidário que valoriza a unidade na acção.

Enfrentando a pressão das políticas que negam os direitos dos trabalhadores, fomentadas pelas multinacionais e pelo grande capital, para quem os sindicatos são o “inimigo a abater”, o movimento sindical tem que continuar a apresentar reivindicações bem elaboradas e deve estar preparado para responder com dinamismo “à globalização capitalista, à dinâmica neoliberal e às políticas nefastas do Governo”. E também para “responder aos ataques aos direitos dos cidadãos, à ofensiva contra os trabalhadores da Administração Pública e às funções sociais do Estado, às desigualdades e injustiças, ao desemprego e às precariedades”.

José Paulo Oliveira,
jornalista

“Dar Mais Força aos Sindicatos” foi o tema da 4ª Conferência Sobre Organização Sindical, promovida pela Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional (CGTP-IN) no dia 26 de Janeiro. Cerca de 600 sindicalistas de todas as regiões do país – entre os quais dirigentes do Sindicato dos Professores do Norte (SPN) – aprovaram uma resolução em que se apontam sete objectivos imediatos para dinamizar a actividade sindical e responder à ofensiva neoliberal.



José Paulo Oliveira



Melhorar a organização

Os participantes aprovaram uma resolução em que se definem objectivos imediatos para a acção sindical. “Reforçar, alargar e rejuvenescer a rede de delegados sindicais” e “realizar formação sindical dos dirigentes e delegados sindicais, visando o desempenho eficaz da sua actividade, para uma acção sindical mais forte, dinâmica e reivindicativa”, são dois desses objectivos.

“Assegurar a todos os delegados sindicais a informação necessária sobre os seus direitos e as condições para o seu exercício, assim como garantir a informação sempre actualizada sobre os direitos legais e convencionais dos trabalhadores representados, bem como a informação geral”, é outro objectivo em foco na resolução aprovada.

Os sindicalistas presentes sublinharam, ainda, a importância da reestruturação e inovação administrativa do movimento sindical, reconhecendo “a existência de debilidades da organização sindical ao nível dos locais de trabalho, que se traduzem numa menor eficácia da actividade sindical”.

A conferência, que chamou a atenção para o trabalho sindical a desenvolver ao longo de 2007, no âmbito do *Ano de Combate ao Emprego Precário*, registou 42 intervenções e aprovou por unanimidade, além da resolução final e de um documento-base, moções sobre a jornada de luta de 2 de Março e sobre o *Dia Nacional dos Jovens Trabalhadores Portugueses* (28 de Março). ▶



José Paulo Oliveira

Discurso directo

O movimento sindical tem que ser um todo, e a CGTP a sua expressão. A CGTP-IN é um enorme colectivo com princípios, objectivos e linhas de acção programática construídos por todos os seus membros, a partir de concepções políticas, sociais, religiosas e culturais múltiplas. Temos sindicatos com culturas e projectos político-sindicais diferenciados; temos que desenvolver lutas profissionais, lutas dos diversos subsectores, quer do privado, quer do público; temos que desenvolver lutas de empresa, sectoriais, regionais e nacionais. Mas há que convergir, articular toda a acção, tendo presente os objectivos e temas comuns.

Os desafios e combates têm campos diversos, dentro e fora dos locais de trabalho. Não queremos ser um sindicalismo de parceria, sem contudo, abdicarmos de toda a intervenção institucional, agindo nela com propostas e estratégias de acção sempre em benefício dos trabalhadores e concretizando um projecto sindical reivindicativo, proponente e transformador. Privilegiamos o trabalho de base, mas não nos fecharemos nos locais de trabalho onde conseguimos representação. Somos um sindicalismo solidário, transformador e com sentido de universalidade, valorizando a unidade de acção de todos os trabalhadores.

Cinco campos de acção prioritários: 1. Revitalizar a negociação colectiva e assumi-la como prioridade contínua; 2. Combater a precariedade; 3. Desenvolver o trabalho a partir da base e reforçar a sindicalização; 4. Conjuguar a actividade nas empresas e serviços com a mobilização de massas por causas mais gerais; 5. Reforçar o trabalho na formação sindical de delegados e dirigentes sindicais e a nossa informação e propaganda. ▶

Excertos da intervenção de Carvalho da Silva no encerramento da 4ª Conferência sobre Organização Sindical da CGTP-IN

«Público» promove concurso de jornais escolares



Decorre até 30 de Março o prazo para inscrição no Concurso Nacional de Jornais Escolares organizado pelo projecto “Público na Escola” – *Ler na escola e no mundo no século XXI. Como? Quando? Porquê?* é o tema da edição 2006/2007. A iniciativa é aberta a todas as escolas dos ensinos Básico e Secundário, podendo o jornal a candidatar ser elaborado em diferentes contextos: escola, grupo de escolas, turma, clube ou outros.

Podem concorrer publicações em papel, designadamente jornais ou revistas, que durante o presente ano lectivo tenham tido pelo menos três edições, sendo aceites diferentes tratamentos gráficos (impressão manual, fotocópia, tipografia, *offset*, etc.). O concurso é aberto também a jornais electrónicos que, durante o período do concurso, tenham tido pelo menos três actualizações de fundo (estes devem incluir rubricas de tecnologia e ciência).

A data-limite para o envio dos materiais – jornais e relatório pormenorizado sobre o desenvolvimento do trabalho jornalístico ao longo do ano – é 6 de Julho. As inscrições e os materiais deverão ser enviados para a entidade organizadora: “Público na Escola”, Concurso Nacional de Jornais Escolares, Rua João de Barros, 265 – 4150-414 Porto. A divulgação das publicações premiadas decorrerá até final de Outubro, estando prevista uma sessão para entrega dos prémios (mais informações em www.publico.pt/pubnaesc).

Como curiosidade, note-se que vários jornais da região Norte têm sido distinguidos em anteriores edições do concurso, casos do «ZigESAG» (Sec. Augusto Gomes, Matosinhos), «Nosso Mundo» (Agrup. Júlio Saúl Dias, Vila do Conde), «Terceiro Toque» (Sec. Gondomar), «Encontro» (Sec. Francisco de Holanda, Guimarães), «Letras e Tretas» (EB2/3 de Ribeirão, Famalicão) ou «O Lápis Travesso» (EB1 S. João de Deus, Porto), entre outros.

“Estimular a prática de um jornalismo escolar crítico e imaginativo” e “aumentar a importância da utilização dos jornais escolares no processo de ensino-aprendizagem e na construção da identidade das escolas”, são dois objectivos centrais do concurso, que também pretende “fazer dos jornais escolares um instrumento cívico para a discussão de temas relevantes para a comunidade escolar e para a promoção de relações entre a escola e o meio envolvente”. ▀

Oficina de máscaras no Museu do Abade de Baçal

O Museu do Abade de Baçal (MAB) tem patentes duas exposições temporárias que mostram as tradições do ciclo de Inverno no distrito de Bragança.

“Rituais de Inverno com Máscaras” exhibe os característicos fatos de careto e máscaras, ambos produzidos a partir de diversos materiais. A exposição é complementada com fotos e um vídeo que mostram os momentos charneira da celebração das Festas dos Rapazes e da acção dos caretos.



“João Vieira. Caretos II”, por seu lado, reúne um conjunto de pinturas de máscaras com diabos e caretos e registos fílmicos da Festa de S. Estêvão (Torre de Dona Chama) e de uma representação com máscaras pelo actor André Gago.

Contextualizada nas duas exposições, o MAB disponibiliza ao público infanto-juvenil a realização de uma oficina de construção de máscaras a partir de vários materiais (papel, cartão, cortiça, etc.) e de técnicas como a pintura, o desenho e a colagem. As inscrições são feitas nos Serviços Educativos do museu (273 33 15 95 / 273 33 28 02). ▀

opinião



Que protecção para os funcionários do Estado?

Em Novembro saiu no «Jornal de Notícias» uma notícia que dizia “Professora agredida por mãe de aluno”. Depois ouvi na rádio que essa professora de Ovar fora agredida à dentada e ao pontapé pela mãe de um aluno e que tivera de receber tratamento no hospital.

Palpita-me que se trate de uma professora do 1º Ciclo do Ensino Básico, porque a proximidade entre estas profissionais e os encarregados de educação dos alunos é maior do que a dos professores dos outros níveis de ensino, quer pela idade dos alunos, quer pelo modo de organização.

Todavia, surpreende-me que, após uma notícia destas, o Estado, através do Ministério Público, não dê início a um processo-crime contra a agressora. Porque os professores são funcionários do Estado imbuídos de uma função por ele outorgada.

Então, o Estado permite que aqueles que têm a função de instruir e educar os futuros cidadãos sejam agredidos no exercício da sua função?

Claro que a professora pode apresentar queixa, mas não deveria o Estado, através do seu representante na área da Justiça, intervir e considerar crime público uma agressão a uma professora? Ou será que só é crime público o marido bater na mulher?

Onde está a protecção dos que têm como missão/função instruir e co-educar as crianças e jovens deste país? É assim que o Estado português zela pela regulação social?

Uma mãe pode bater numa professora – aliás, quantas notícias destas já não vieram a público? – e ficará impune. Talvez um arguido possa bater no juiz. Talvez um doente possa bater num médico que não o curou. Talvez possamos andar todos à pancada e o Estado permanecerá impávido e sereno a assistir e daí lavar as suas mãos.

Os funcionários públicos são, provavelmente – e agora está na moda –, para todo e qualquer um bater sempre que lhe apeteça e que precise de descarregar a sua ira! ▀

Margarida R. Santos



Desde as suas origens (Porto Alegre, 2001), o Fórum Social Mundial tem vindo a desenvolver-se e a transformar-se numa força global, que, desafiando os ditames do imperialismo e do neoliberalismo, promove o encontro das forças progressistas de todo o mundo em torno do lema *Um Outro Mundo é Possível*. Este ano, pela primeira vez, o FSM decorreu integralmente num país africano, reunindo mais de 45 mil participantes de todo o mundo – activistas de movimentos sociais, organizações civis e religiosas, sindicatos e partidos políticos. Devido, em grande parte, à falta de espaço institucional para articulação e planeamento, não foi possível acordar previamente – ao contrário das assembleias anteriores – uma proposta de declaração abrangente que reunisse as posições de todos os sectores representados.

Fórum Social Mundial reuniu em Nairobi

À sétima edição, o Fórum Social Mundial (FSM) reuniu pela primeira vez num país africano. Facto significativo, uma vez que África é um dos continentes que mais sofreu – e continua a sofrer – com a espoliação estrangeira e transporta, ainda, e de modo bem evidente, as marcas do colonialismo e do imperialismo. A sua realização no Quênia permitiu mostrar o modo como os movimentos sociais africanos se têm vindo a desenvolver e a consolidar na luta contra o neocolonialismo e pelo progresso social.

VII Fórum Social Mundial reuniu de 20 a 25 de Janeiro

Um outro mundo em África



Henrique Borges



O FSM de Nairobi representou um grande esforço de sistematização e articulação de acções a partir dos debates ocorridos em cerca de 1.200 seminários, oficinas e conferências do evento, organizado em 21 temas, como a água, a paz e a guerra, a habitação, o trabalho, as migrações e a dívida externa, entre outros.

Os objectivos para este fórum foram definidos, em Outubro do ano passado, na reunião do Conselho Internacional do FSM realizada em Parma (Itália). A saber:

1. Pela construção de um mundo de paz, justiça, ética e respeito pelas espiritualidades diversas;
2. Pela libertação do mundo do domínio das multinacionais e do capital financeiro;
3. Pelo acesso universal e sustentável aos bens comuns da humanidade e da natureza;
4. Pela democratização do conhecimento e da informação;
5. Pela dignidade, diversidade, garantia da igualdade de género e eliminação de todas as formas de discriminação;
6. Pela garantia dos direitos económicos, sociais, humanos e culturais, especialmente os direitos à alimentação, saúde, educação, emprego, habitação e trabalho digno;
7. Pela construção de uma ordem mundial baseada na soberania, na autodeterminação e nos direitos dos povos;
8. Pela construção de uma economia centrada nos povos e na sustentabilidade;
9. Pela construção de estruturas políticas realmente democráticas e instituições com a participação da população nas decisões e controle dos negócios e recursos públicos.

Algumas das agendas acordadas foram levadas à tradicional Assembleia dos Movimentos Sociais do FSM, que, este ano, mais do que um grande resumo dos debates realizados, foi um espaço de expressão de duras críticas a diferentes aspectos da organização. A própria dificuldade de realizar a Assembleia, que tradicionalmente encerra o FSM, mas que nem sequer estava incluída na programação, também foi factor da irritação manifestada por alguns movimentos junto dos organizadores locais – apenas na noite da véspera, por força da intervenção da secretaria brasileira do FSM, a organização disponibilizou um espaço para a reunião...

Henrique Borges,
secretário nacional da Fenprof

Organização muito criticada

Foram muitas as críticas e reparos feitos ao fórum do Quênia. De facto, se estabelecermos uma comparação com o realizado em Porto Alegre (2005) – mais de mais de 155 mil inscritos, provenientes de 151 países, em representação de 6.872 organizações –, as diferenças foram notórias. Como foram notórias as falhas e insuficiências organizativas, que as centenas de brasileiros que se deslocaram para Nairobi alguns dias antes do início do evento não conseguiram colmatar.

As críticas aos organizadores locais centraram-se, principalmente, no carácter excludente do evento – que decorreu à “porta fechada”, sob forte presença de polícias armados –, no financiamento privado pela empresa telefónica Celtel e no funcionamento, dentro do espaço do fórum, de um restaurante pertencente ao ministro dos Assuntos Internos do Quênia, que teria sido colaborador do regime colonial inglês.

Um dos grandes problemas foi mesmo a exclusão dos que não podiam pagar o valor da inscrição. De facto, os 5 euros estabelecidos para os participantes africanos – sendo um valor bastante inferior aos 80

que os europeus deviam pagar – eram incomportáveis para a maioria dos quenianos. Vale a pena, aliás, reproduzir o depoimento proferido, perante os 5 mil participantes na Assembleia dos Movimentos Sociais, por uma das coordenadoras de um evento paralelo (Fórum Social dos Pobres), realizado pela organização Peoples Parliament: “O FSM trouxe-me o mundo. O melhor do mundo. Conheci aqui muitas pessoas que acreditam no que nós acreditamos. Mas não é justo ter um FSM no Quênia, e a grande maioria das pessoas que estão nesta assembleia não ser queniana. Somos pobres materialmente, mas acreditamos ter muito para dar ao processo FSM”.

O FSM é um espaço aberto, afirma-se na sua Carta de Princípios. “O fórum precisa de incluir os de baixo para não repetir os padrões do poder”, alertou a escritora e activista Hillary Wainwright. Mas, para o sociólogo e intelectual peruano Aníbal Quijano, o fórum de Nairobi acabou por reproduzir os paradoxos do padrão de poder que pretende combater. Também a presença de organizações religiosas que criticaram abertamente os movimentos feministas e a diversidade sexual foi considerada uma violação da Carta de Princípios do FSM.



Henrique Borges

Realização do FSM passa a ser bienal

Independentemente das críticas feitas, o fórum foi bastante positivo. O Conselho Internacional atendeu uma “velha” reivindicação dos movimentos sociais para que o FSM se realize de dois em dois anos, diminuindo o peso dos altos custos de participação, o que veio criar um novo desafio – não deixar passar Janeiro de 2008 em branco. A sugestão foi que, durante dois dias desse mês, se realizem em todo o mundo actividades simultâneas sobre as principais temáticas do FSM, independentemente dos fóruns regionais e temáticos que venham a ocorrer, caso do Fórum Social das Américas, programado para a Guatemala.

Outras datas de mobilização internacional sugeridas foram os dias 19 de Março – quando devem ocorrer grandes manifestações contra a guerra, para assinalar os quatro anos da invasão do Iraque pelos Estados Unidos da América – e 8 de Junho, data da reunião do G8 (grupo dos oito países mais ricos) em Rostock, na Alemanha.

Para as manifestações de Março, foi sugerido pedir a retirada das tropas de ocupação no Iraque e no Afeganistão e que o povo iraquiano seja compensado pelos danos causados e exerça o controlo sobre o seu petróleo, bem como exigir o encerramento das bases militares americanas no Médio Oriente. ▶



Henrique Borges

Fantasporto, 19.Fevereiro | 4.Março | Rivoli

Consagrados a rever e descobertas a não perder

Os consagrados do cinema fantástico aliam-se a jovens talentos no Fantasporto 2007. Realizadores como Christophe Gans e Satoshi Kon partilham a selecção oficial competitiva com promissores cineastas como Simon Rumley ou Jens Lien. Daí que a competição de cinema fantástico prometa ultrapassar, uma vez mais, todas as expectativas – garante a organização, que releva “The Bothersome Man”, do norueguês Jens Lien. Premiado na Semana da Crítica do Festival de Cannes 2006, “o filme é uma parábola inteligente e dramática sobre o consumismo e a obsessão com as aparências”.



Guillermo del Toro (“El Laberinto del Fauno”) e Darren Aronofsky (“The Fountain”), respectivamente, abrem e encerram a 27ª edição do Festival Internacional de Cinema do Porto, no Grande Auditório do Rivoli. É o regresso de dois heróis do Fantasporto.

Depois, há a Semana dos Realizadores, onde se anunciam “filmes que reflectem sobre a riqueza da vida humana”, casos de “The Promise”, do consagrado Chen Kaige, do multipremiado “Isabella” (Ho Cheung Pang) e de “12:08: East of Bucharest”, do romeno Corneliu Porumboiu. E também “Suicídio Encomendado”, do português Artur Serra Araújo, uma revelação em tom de comédia negra, a abrir a semana – uma longa-metragem de Rodrigo Areias (“Tebas”), o documentário “Olhar Sobre o Cinema Português” (Manuel Mozos) e diversas médias e curtas-metragens, são outras apostas nacionais, na secção Panorama do Cinema Português.

Outra secção que é já um *must* do Fantasporto é a intitulada Orient Express, que habitualmente divulga o melhor cinema que se faz no Extremo Oriente. E este ano não vai ser excepção: para além do maior sucesso dos últimos anos – “The Host”, de Bong Jun-ho –, na selecção constam Kim Ki-duk (“Time”) e Satoshi Kon (“Paprika”).

E há, ainda, mais uma etapa do Méliès d’Or – uma competição única, organizada entre os vários festivais de cinema fantástico europeus para escolha das melhores curta e longa-metragens do ano; numa primeira fase, cada festival promove uma competição, nomeando um candidato (Méliès d’Argent), que fica automaticamente habilitado a candidatar-se ao Méliès d’Or. Na 11ª edição do Méliès de Prata/Fantasporto, estarão filmes como “Taxidermia” (Gyorgy Pálfi, Hungria), “The Horror Bus” (Pieter Kuipers, Holanda) ou “Severance”, do britânico Christopher Smith.

Destaque, finalmente, para uma retrospectiva do cinema russo, dedicada à produtora Mosfilm, e para a homenagem ao produtor e cineasta francês Marin Karmitz, a quem a organização do Fantasporto atribuirá um Prémio de Carreira. ▶

A notícia somos nós

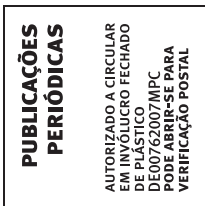
Hoje, a notícia somos nós. Decreto eu, com a autoridade que o cargo de editor me confere.

Somos notícia, nós, Sindicato dos Professores do Norte, porque estamos activos junto dos professores, e por estes dias realizamos centenas de reuniões concelhias e de escola/agrupamento; porque acabamos de aprovar o plano de actividades e orçamento que nos permitirão seguir neste rumo; e também porque vamos proceder a uma revisão estatutária.

Somos notícia, nós, professores, porque não baixamos os braços e vamos continuar a lutar pela dignificação e valorização da profissão docente e pela construção de uma Escola Pública de Qualidade para todos. E também somos notícia, nós, «SPN-Informação».

Provavelmente, poucos se deram ou darão conta, mas com esta edição completamos um ano de vida como revista. É verdade, o primeiro número saiu em Fevereiro de 2006, curiosamente, com os professores, então, também em luta...

Como editor deste projecto, que fez a transição do formato jornal e que acompanha cada número desde a sua concepção até à saída da rotativa, cumpre-me agradecer a todos quantos contribuíram para este percurso: director, conselho de redacção, colaboradores regulares e pontuais, designers, gráficos, etc. Com maior ou menor dificuldade, com melhores ou menos boas performances, chegamos até aqui. À saída de cada revista, costumamos dizer que o marcador avança a nosso favor (1-0, 2-0, 3-0, 4-0...), porque não falhamos *golos* – saímos sempre na data prevista, sem atrasos. Pois bem, a *goleada* vai em 12-0! Mas esperamos continuar a marcar. O que, a acontecer, será uma boa notícia.



nesta edição

- a abrir
02. Sempre debaixo de mira

- editorial
03. O puzzle

acção sindical

O SPN está a realizar, desde Janeiro, uma intensa ronda de reuniões concelhias e nas escolas, procurando identificar e compreender os anseios e as dúvidas dos educadores e professores (sócios e não sócios), bem como as potencialidades e os constrangimentos do seu trabalho. Atendendo ao momento político-sindical, as questões mais suscitadas relacionam-se, naturalmente, com o Estatuto da Carreira Docente, mas também com o regime de contratação e, entre outras, com a implementação das actividades de enriquecimento curricular no 1º Ciclo.

05. Não baixamos os braços!
06. Mais precariedade no horizonte
07. Falta inventar um título prà bagunça
08. Questões diversas

notícias do spn

Está em curso o processo de revisão dos Estatutos do SPN. A votação da única proposta apresentada, pela Direcção do Sindicato, realizar-se-á no dia 27 de Fevereiro de 2007. Também se divulgam o plano de actividades e o orçamento do SPN para 2007, discutidos e aprovados na Assembleia Geral Ordinária que se realizou no dia 24 de Janeiro.

13. Revisão dos Estatutos do SPN
15. Como e onde votar
16. A proposta da Direcção
18. Actividades do SPN para 2007
20. Orçamento do SPN para 2007

em foco

21. Casa cheia para celebrar José Afonso
22. Zeca: um talento inato

país

24. Juntos pela mudança de políticas

internacional

Este ano, pela primeira vez, o Fórum Social Mundial decorreu integralmente num país africano, reunindo mais de 45 mil participantes de todo o mundo, reunindo mais de 45 mil participantes. Devido, em grande parte, à falta de espaço institucional para articulação e planeamento, não foi possível acordar previamente uma proposta de declaração abrangente que reunisse as posições de todos os sectores representados.

28. Um outro mundo em África

apostas spn

30. Consagrados a rever e descobertas a não perder

a fechar

31. A notícia somos nós

spn
INFORMAÇÃO

DIRECTOR ABEL MACEDO

Ano XXII · II Série · N.º 12
Fevereiro 2007 · 2 euros
spninfo@spn.pt